



ID: 118487886

02-08-2025

# Silly season em Bruxelas

**Sofia Lai Amândio e Gianluca Salvatori**

Oito dias antes da pausa de verão no Parlamento Europeu, Ursula von der Leyen apresentou a proposta política mais relevante da próxima década: o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para 2028-2034.

Com um montante de quase dois biliões de euros (correspondente a 1,26% do Rendimento Nacional Bruto da União Europeia), este é, em teoria, o maior orçamento alguma vez apresentado pela União. Mas longe de representar um reforço equitativo do projeto europeu, a proposta implica uma redução significativa do financiamento destinado à coesão social e territorial, contrariando o princípio consagrado no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia: promover a convergência entre regiões e apoiar os territórios mais desfavorecidos.

A proposta da Comissão remodela a arquitetura orçamental da União em torno de três grandes pilares. O mais significativo, com 865 mil milhões de euros, passa a

concentrar as políticas de agricultura, pescas, coesão e social. Esta reorganização traduz-se na fusão dos dois maiores envelopes históricos da UE: a Política Agrícola Comum (PAC), que inclui os subsídios aos agricultores, e os Fundos de Coesão. Em vez de funcionarem como blocos separados, passarão a integrar um único instrumento financeiro (as Parcerias Nacionais e Regionais), o que representa uma quebra estrutural face ao modelo vigente, no qual PAC e Coesão representam mais de 60% da despesa da União.

Apresentada sob o argumento da eficiência e da simplificação, a fusão da coesão e da agricultura pode enfraquecer a eficácia destas políticas e os seus efeitos positivos na vida das regiões, das comunidades e das pessoas.

Mas a decisão da Comissão não é surpreendente. É o culminar de um longo processo, orquestrado orçamento após orçamento. A Política de Coesão, inicialmente estruturada através do Fundo Social Europeu (1957), do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (1975) e do Fundo de Coesão (1994), passou, a partir de 2014, a operar sob o chapéu comum dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEED), juntamente com a PAC e, mais recentemente, com fundos para a ação climática, migrações, segurança e controlo de fronteiras. O que agora se propõe é o corolário de uma trajetória de marginalização da coesão territorial

enquanto instrumento estratégico. Primeiro reorganizaram-se os instrumentos financeiros, agora propõe-se a reorganização das grandes políticas que os enquadram.

O que surpreende, de facto, é a retirada de apoio político a políticas públicas com provas dadas. Segundo o Banco Mundial, a União Europeia tem funcionado como uma verdadeira “máquina de convergência”, promovendo melhorias significativas no desempenho económico e na qualidade de vida dos cidadãos dos novos Estados-membros. Esta convergência económica traduziu-se em progresso social: melhores condições de saúde, redução do desemprego e combate à pobreza. Estudos recentes baseados em métodos contrafactuais confirmam os efeitos positivos agregados da Política de Coesão na convergência do PIB *per capita*, com resultados particularmente expressivos nos países do Leste europeu.

A Política de Coesão tem sido, silenciosamente, uma força eficaz de desenvolvimento económico, inclusão social, resiliência territorial e esperança. Ainda assim, a proposta da Comissão ameaça reduzir esta política a uma função meramente compensatória, uma rede mínima de apoio aos mais vulneráveis, esvaziada da sua capacidade transformadora. Ignorar o seu impacto comprovado é um erro estratégico. Instrumentalizar a coesão para financiar regiões já competitivas é inverter o seu

propósito original e aprofundar as desigualdades que deveria continuar a corrigir.

Agosto será um mês tranquilo nos corredores de Bruxelas, com os parlamentos nacionais em pausa e o Parlamento Europeu praticamente vazio. No entanto, 2026 será palco de negociações tensas sobre o futuro orçamento da União, marcadas pela tradicional clivagem entre os países contribuintes líquidos e os defensores da coesão. Os países do Sul e do Leste europeu defenderão o reforço dos fundos de coesão e agrícolas. Já os países do Norte e Centro – como Alemanha, Países Baixos, Dinamarca ou Suécia – tendem a pressionar por um orçamento mais contido, centrado em áreas como a transição climática, a segurança, a defesa, a inovação e a competitividade industrial.

À medida que estas negociações se intensificarem, caberá aos Estados-membros, ao Parlamento Europeu e à sociedade civil assegurar que a coesão social e territorial continua a ocupar um lugar central no projeto europeu. Porque sem coesão, não há Europa competitiva, justa, resiliente ou verdadeiramente unida.

**Investigadora (PhD) no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Iscte — Instituto Universitário de Lisboa; secretário-geral do Euricse — European Research Institute on Cooperative and Social Enterprises**